



## Relação “Humano-Solo”: práticas inventivas em uma horta na zona rural

Daniela Dalbosco Dell’Aglío<sup>1</sup>

Paula Sandrine Machado<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre práticas e materialidades envolvidas no cuidado, na qual é etnografado o cotidiano de uma comuna, autoidentificada como anarquista, localizada em um assentamento na zona rural do Rio Grande do Sul. Ao passar um período nessa comunidade, foi observado o modo como o cuidado era performado e atuado, entendendo-o enquanto não só voltado diretamente às crianças, mas a tudo que se atravessa para tornar o modo de vida coletiva possível, como a alimentação, a limpeza, a horta, tirar o leite da vaca, as reuniões políticas, a manutenção, entre outras tarefas. A partir do conhecimento sobre o funcionamento da horta - tendo em vista que o solo deste local é constituído de matéria argilosa e lençóis de água salobra, o que dificulta a prática do plantio – busca-se refletir sobre estratégias coletivas e inventivas utilizadas para torná-la possível. Para tanto, parte-se teoricamente dos feminismos neo-materialistas, conforme proposições inspiradas em Donna Haraway e Maria Puig de La Bellacasa, para analisar os modos como agentes humanos e não-humanos constroem cotidianamente e em conjunto a vida comunitária. Para contribuir com esta reflexão, parte-se também do campo da Teoria do Cuidado, especialmente do conceito de interdependência que se torna fundamental no sentido de não hierarquizar atividades em uma comunidade e, ainda, para não tomarmos objetos e coisas como “pano de fundo”, mas enquanto agentes que fazem e produzem cuidado. A relação estabelecida pela comunidade com a horta aponta para os modos inventivos de gerir o cultivo e de criar um meio que fornecesse alimentos para seus moradores. Essa experiência nos fornece elementos para pensar na relação “humano-solo”, na qual o solo se constitui não apenas como um “recurso”, mas como um organismo vivo que só pode existir com e através de uma comunidade multiespécies. A relação com o solo fala, ainda, de temporalidades que resistem à “rapidez” e à “eficiência”, remetendo a algumas inscrições sobre o que possa ser considerado “cuidado” e “compartilhamento de cuidado”. Tais arranjos se atravessam à ética e à política do cuidado, a partir das relações de agentes mais-que-humanos, do afeto e da criatividade, para que possamos pensar o cuidado enquanto uma prática especulativa daquilo que é possível. Palavras-chave: cuidado, feminismos neo-materialistas, solo, humano-solo

### Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado sobre práticas e materialidades envolvidas no cuidado em uma Comuna na zona rural do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Compreendemos enquanto cuidado não só aquele voltado diretamente às crianças, mas tudo aquilo que se atravessa para tornar o modo de vida coletiva possível, como a alimentação, a limpeza, a horta, o tirar o leite da vaca, as reuniões políticas, a manutenção da estrutura física, entre outras tarefas identificadas. Cuidado, portanto, é tomado em múltiplas dimensões: como um trabalho, uma ação, uma invenção cotidiana, uma relação, uma responsabilidade que são produzidas em meio a relações entre seres humanos, animais, plantas, objetos ou outros elementos. Neste recorte, a partir da análise de como foram criadas estratégias para lidar com a dificuldade de plantar alimentos na horta, objetiva-se refletir sobre a relação “humano-solo” (Puig de la Bellacasa 2017), considerando o solo como um organismo vivo que está atuando com o cuidado nesta comunidade.

Enquanto aporte teórico para pensarmos a respeito da categoria “cuidado”, partimos da noção de interdependência, um conceito caro aos estudos e teorias do cuidado, pois nos ajuda a compreender que nós – seres humanos – de diferentes idades – vivemos em uma rede de conexões com outras pessoas e também com “coisas”. Ou seja, os adultos cuidadores nunca são “independentes” ou nomeadamente autônomos, uma vez que o trabalho do cuidado nunca se faz sozinho. É necessária uma rede. Entendemos que essa rede pode ser formada pelos mais diversos serviços, sejam eles oferecidos pelas políticas públicas, aqueles prestados por contratação, ou, ainda, aqueles que acontecem por proximidade, troca de favores, negociações, vizinhança, amizades, famílias.

Ainda, segundo Maria Puig de la Bellacasa (2012), a interdependência é uma condição inerente das relacionalidades do cuidado, sendo essas relações constituídas por engajamentos materiais, articulando agentes humanos e não-humanos sem hierarquizá-los ou polarizá-los. Esse conceito de interdependência se conecta, também, com o campo da ecologia que o entende enquanto a interligação dos seres vivos numa ampla e complexa rede de relações. Pensar a interdependência neste contexto é também considerar as associações sutis e particulares que constroem e produzem aquilo que entendemos por cuidado.

Conforme propõe Puig de la Bellacasa (2017), o cuidado pode ser compreendido a partir de três dimensões: mantenedora, afetiva e ético-política. A autora entende que cuidado fala de manutenção (*maintenance*) – comumente relacionado ao trabalho do cuidado, mas, para ela, “manutenção” não é suficiente, uma vez que não envolve a dimensão afetiva, mas, mais do que isso, deixa de lado o atravessamento ético-político que localiza o cuidado enquanto uma prática do conhecimento que não é neutra e que exige responsividade científica. Para a autora, pensar em dimensões políticas é um modo de agenciar as relacionalidades de humanos e não-humanos.

Essa proposta desafia os limites éticos tradicionais, como os de moralidade e, conseqüentemente, contribui para rearranjos específicos de alianças. Aqui podemos conectar essas alianças ao que Donna Haraway (2016) propõe enquanto “*Make kin*”.

Como *slogan* do Chthuluceno<sup>3</sup>, Haraway (2016) propõe: “*Make Kin Not Babies!*” [“Faça ‘parentes’ não bebês!”]. Esse *slogan* significaria uma oposição a uma lógica heterossexual de reprodução e focaria nas relações sociais para além das sanguíneas. *Kin* pode ser traduzido enquanto parentesco, porém, acredito que perde o seu significado original, que estaria mais relacionado a vínculos e filiações. Neste caso, o que Haraway (2016) propõe é que nos filieemos não só a humanos, mas também a agentes mais que humanos e que essas filiações, ou parentescos (*kin*), é que vão produzindo tentáculos possíveis. Para Haraway (2016), esse *slogan* também representa a desarticulação do vínculo entre sexo e gênero, exercício tão caro ao feminismo que a autora entende que está inacabado, tendo em conta que ainda se faz necessário fortalecer redes, quebrar certos *links* e refazer outros.

Haraway (2016) também propõe a ideia do “pensamento tentacular”, o que abre possibilidades de vislumbrarmos um processo de pesquisa que considere esses vínculos, sendo eles escolhas do/a pesquisador/a. O pensamento tentacular sugere, a partir de um fundo metodológico e epistemológico, criar tentáculos. Haraway (2016) faz um convite às feministas para que exerçam essa imaginação, teoria e ação, de modo a desvendar essas conexões que vão além de ancestralidade ou genealogia. Criar essas conexões seria uma estratégia do Chthuluceno para pensar em um mundo no qual haja uma ecojustiça multiespécies, ou seja, essas relações, conexões, parentescos, vão além da categoria humano e fala de tudo aquilo que alcançamos, tocamos, pensamos.

A fim de compreender o cuidado enquanto algo especulativo e aberto, atentando para as relações materiais entre agentes humanos e não-humanos, Puig de la Bellacasa (2017) aposta na noção de “*matters of care*” (em português, questões de cuidado, importância de cuidado, matéria de cuidado). Ela faz referência ao conceito de Bruno Latour (2005) de “*matters of concern*” (em português, questões de interesse), a partir de problemas suscitados por ele e das políticas de conhecimento que a sustentam, propondo uma passagem do “social” para o “ontológico”, de modo a adentrar as diferentes realidades. Como nos envolvemos com o “fazer”

---

<sup>3</sup> O Chthuluceno, termo criado por Haraway (2016) seria um “substituto” de “Antropoceno”, levando em consideração que este último daria uma centralidade para a figura do “antropo”, ou seja, humano. Para Haraway (2016), Chthuluceno seria o passado, o presente e também aquilo que está por vir. Haraway (2016) acredita que essa nomenclatura dá conta de uma grande história ou teoria, mas que deixa espaço aberto para conexões novas e velhas que podem ser surpreendentes. O Chthuluceno seria o entrelaçamento de temporalidades e espacialidades humanas e mais-que-humanas reunidas para o florescimento de conjuntos multiespécies.

mundos? Se preocupar, se interessar, pode ser visto enquanto uma postura ético-política e, ainda, uma prática de cuidado.

Pensar em “questões de cuidado” é uma forma de abordar essa questão, oferecendo contraste e prolongamento à política das relações humano-não-humanas que as “questões de interesse” representam. As questões do cuidado vêm inspiradas pelo pensamento feminista sobre o cuidado e sobre a política do conhecimento. De uma forma que reflete minha leitura de “questões de interesse” também é uma nova noção para falar de problemas antigos adicionando camadas problemáticas – reenencenar (...) (Puig de la Bellacasa 2017: 40, tradução livre)<sup>4</sup>.

Aqui, portanto, estamos partindo da categoria de cuidado enquanto um centro analítico que se vincula, tentacularmente, a diferentes agentes humanos e não-humanos. Agentes estes que serão apresentados mais adiante e que se relacionam com o solo e suas conexões, desde a matéria da “biota” passando pelos animais, construções, ferramentas e alimentos depositados na terra. Esta terra é buscada de outra parte de um terreno e levada até a horta entre outras articulações necessárias que evidenciarão como se tornou possível plantar naquele local, após um período de dificuldades, que envolve desde as políticas atravessadas ao surgimento da Comuna às práticas de plantação em uma terra argilosa.

## **A Comuna**

Na pesquisa mais ampla que ancora as presentes análises me propus a etnografar o cotidiano de uma Comuna, autoidentificada como anarquista, localizada em um assentamento na zona rural do Rio Grande do Sul. Ao passar um período nessa comunidade, tratei de observar o modo como o cuidado era performado e atuado, atentando para a interdependência dos agentes humanos e não-humanos, as relações que se estabeleciam, a manutenção, o cotidiano e a criatividade imbricada nesses processos. A etnografia envolveu estar presente, vivendo nesta comunidade, pelo período de aproximadamente um mês, em setembro de 2019, o que envolveu, além da convivência cotidiana, a realização de entrevistas e conversas sobre o processo histórico da Comuna.

---

<sup>4</sup> “Thinking with “matters of care” is a way to address this question by offering both contrast and prolongation to the politics of human– nonhuman relations that MoC represent. Matters of care come inspired by feminist thought on care and on knowledge politics. In a way that mirrors my reading MoC, it is also a new notion to speak of old problems by adding problematic layers— reenacting.” (Puig de la Bellacasa 2017: 40)

A Comuna é um espaço rural situado em um Assentamento que teve origem com o Movimento Sem Terra (MST) e que, por se identificar com práticas anarquistas, acabou rompendo com o Movimento, apesar de ainda manter com ele alguns laços e conexões. Sua maior fonte de subsistência é o mel e o arroz, entre outros alimentos produzidos em menor quantidade, como aveia, amendoim e alimentos da horta. Devido a esse rompimento, algumas das características que podemos considerar mais “clássicas” do MST se refazem, não, necessariamente, porque na Comuna exista alguma outra cartilha a seguir, mas em função de as pessoas estarem, enquanto comunidade, abertas à prática especulativa e inventiva dentre as possibilidades materiais daquele contexto.

No Brasil, é muito comum que o MST recorra a alguns discursos que orientam práticas atravessadas pelas lógicas marxistas, como o fomento do cooperativismo (Borsatto; Carmo 2013), as quais se articulam aos modos de plantação, ao uso ou não de pesticidas, à luta pela terra, sendo uma perspectiva aliada à maioria dos movimentos políticos atuantes no país. Porém, é possível observar a mudança do discurso e dos modos de produção desses movimentos, como pontuam Ricardo Borsatto e Maristela do Carmo (2013) em estudo que situa a agroecologia nas práticas do MST. Segundo o autor e a autora, tem-se migrado de um discurso produtivista para uma visão agroecológica, passando-se a incorporar elementos da cultura camponesa, assim como diretrizes da agroecologia.

Diferentes autores direcionaram diversas críticas a um modelo de organização de assentamentos que, como aponta Borsatto e Carmo (2013), seria um modelo impositivo, construído de "cima para baixo" que desprezaria as características inerentes do campesinato, como autonomia e autossuficiência. Ainda seria, segundo eles, um modelo homogeneizador que desprezaria as peculiaridades regionais de cada território, sem considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento. Podemos perceber que, mesmo sem utilizar o termo “colonial”, aparentava ser uma lógica que preconizava um saber supostamente superior em relação aos assentados.

Com o tempo, foi-se evidenciando a inviabilidade prática de projetos superprodutivos em assentamentos e se tem aberto espaço para novas discussões e avaliações que culminaram na elaboração de novas orientações políticas. Nesse novo contexto, o debate sobre a agroecologia começou a ganhar relevância nos espaços internos do MST. A agroecologia tem crescido como uma alternativa que procura integrar a agricultura com as necessidades dos ecossistemas naturais, dispensando os produtos químicos e o monocultivo típico, criando um contexto de luta contra a agroindústria capitalista (Silva 2021).

Luiz Felipe Barros Silva (2021) descreve que o foco principal da agroecologia é o combate à forma da agricultura industrial de larga escala que envolve monocultivos e a intensa utilização de insumos químicos, agrotóxicos e pesticidas. Ainda,

consiste na compreensão dos processos ecossistêmicos naturais, tentando recriá-los por meio do manejo humano e com isso contribuindo tanto para um reflorestamento dos solos erodidos pela agricultura industrial, quanto para uma produção alimentar não destrutiva, integrando múltiplas espécies vegetais (e também animais) num mesmo espaço, de forma a estabelecer ciclos sucessionais de colheitas, ocupação dos diversos estratos florestais simultaneamente e a cobertura do solo com a própria matéria orgânica sobrando do manejo, o que enriquece a decomposição e supre de nutrientes todo o sistema, dispensando agrotóxicos (Silva 2021: 21).

Esse assunto é caro aos processos da Comuna, uma vez que vivenciaram essa tentativa de um modo de plantar “de cima para baixo” e se reinventaram, conforme a vivência e a prática, a partir de suas realidades. A Comuna fica num lugar bastante remoto em relação às proximidades do meio urbano. Da cidade mais próxima leva, aproximadamente, duas horas e meia para chegar através de uma estrada de chão com pedregulhos. Caso não se tenha carro e se dependa de um transporte público, existe um ônibus que sai de um centro urbano duas vezes por semana e chega próximo à região, sendo necessário alguém buscar na parada ou uma longa caminhada. Essa questão foi uma dificuldade logo quando chegaram ao local. Devido à distância e pela dificuldade de deslocamento, perceberam que ficar naquela região “sozinhos” seria difícil, o que estimulou procurarem parceiros e parceiras para formar a atual Comuna, o que incluiu mais alguns membros ao coletivo. Além disso, devido à localidade, tiveram que aprender a construir tudo do “zero”, uma vez que não havia apoio público para que as pessoas assentadas se mantivessem.

Em relação ao âmbito produtivo, o MST organizou, naquele momento, uma lavoura coletiva de arroz orgânico, a qual, segundo Felipe, um dos moradores, foi um fracasso e houve um prejuízo de 200 mil reais, além de desvio de dinheiro. Até esse momento, as pessoas que eram do grupo de trabalho da Comuna não entendiam de arroz nem sobre a gestão financeira. Além dessa questão, os vizinhos passaram a ter animais que comiam praticamente tudo o que se plantava. Ao perceberem que não estavam conseguindo ter subsistência neste local pela dificuldade de plantar, por terem suas plantações comidas pelos animais e por sentirem que estavam sendo roubados pelo Movimento, passaram a colher uva na serra, uma vez que a produção local não estava sustentável. Produtivamente, eles ficaram “empacados” por muito tempo, não sendo o suficiente para se manterem financeiramente no local.

Mesmo havendo essas dificuldades, o local onde a Comuna se instalou contribuiu para a formação do coletivo, uma vez que existe uma mata nativa ao redor da vila, além de uma barragem próxima, o que facilita a permanência em um lugar remoto e de difícil acesso a recursos. Por outro lado, também ouvi diversas vezes a respeito do quanto o solo para se plantar nesse local, especialmente ao redor da agrovila, era e ainda é difícil, já que se constitui de matéria argilosa e lençóis de água salobra. Portanto, o histórico com o território é atravessado por práticas de aprendizagem sobre como lidar com o solo.

### **Relação humano-solo**

Conforme aponta Isabela Noronha (2018), em diálogo com Puig de la Bellacasa (2014), o solo, cientificamente e materialmente falando, se refere à uma camada da Terra derivada da decomposição de rochas e de restos animais ou vegetais, composta de materiais inorgânicos e orgânicos que pode ser tratada tanto pela sua composição química quanto como uma teia de organismos vivos. Ademais, solo se refere a um objeto que demanda atenção, cuidado, preocupação para além dos círculos científicos, como de ativistas ambientalistas, agricultores ou jardineiros. Solo é onde se pisa, onde se planta.

O solo também carrega com ele ancestralidades, vestígios, resíduos, histórias. Puig de la Bellacasa (2014) sugere que pode existir uma “lacuna” em nosso entendimento sobre o solo que remete à possibilidade de compreendê-lo enquanto uma matéria viva ou, ainda, como uma “unidade relacional e a teia biodiversa da qual nós humanos fazemos parte” (Noronha 2018). Isso não significaria dizer que, cientificamente, o solo é interpretado como uma matéria inerte, mas que o foco não foi sua dimensão ética ou afetiva, atentando para sua relação entre a humanidade e as multiespécies.

Desse modo, o exercício científico que se faz aqui é dialogar com o solo e suas experiências mais que humanas, enfrentando essa “lacuna” da ciência do solo: a ciência do cuidado. Partindo do entendimento de que a ciência esteve refletindo e “produzindo” técnicas do uso e exploração do solo - tais como plantar mais em menos tempo ou fazer com que o solo converse com práticas econômicas exploratórias -, também cabe à ciência pensar no solo enquanto uma “questão de cuidado” (Puig de la Bellacasa 2017), para que se crie outras formas de pesquisá-lo, levando em conta seus atravessamentos materiais, afetivos e ético-políticos.

Tomar o solo enquanto uma “questão de cuidado” (Puig de la Bellacasa 2017) é refletir sobre a temporalidade de produção e gênese do solo: desde a decomposição e reciclagem da matéria orgânica à sua regeneração e sua capacidade de nutrir plantas, podendo ser interpretado

como um filtro que converte matérias mortas em novas fontes de vida (NORONHA, 2018). Pensar a relação de interdependência entre humano-solo é tomar o solo enquanto uma materialidade que, de fato, cuida de processos vitais como a ciclagem de nutrientes, energia e como os humanos garantem a recuperação desse ciclo. Para Puig de la Bellacasa (2014) é necessário enxergar os humanos como membros da comunidade do solo e não apenas como consumidores ou beneficiários de um serviço. Com isso, é possível reformular a definição ecológica de solo vivo para afirmar que os humanos estão envolvidos na criação do solo, bem como se adaptam à vida dentro dele (Puig de la Bellacasa 2014 *apud* Noronha 2018).

Ao chegar a um território ou a um lote de terra, não basta “apenas” colocar sementes ali. É necessário plantar. Este ato de plantar está carregado de, além de um conhecimento, uma prática. Uma prática de tentativa e erro ou tentativa e acerto. É necessário conhecer o solo, identificar sua compactação, compreender como as raízes vão se espalhar neste solo. É necessário identificar a posição solar conforme a necessidade das plantas e qual é a melhor época do ano/temperatura para plantar determinado alimento.

Tudo isso foi sendo considerado na tentativa de produzir uma horta coletiva na Comuna. Horta que é utilizada para consumo próprio. O que é possível observar na horta: diferentes tipos de folhas: alface, rúcula, couve, espinafre; de temperos: salsinha, manjeriço, cebolinha, chá de boldo; de legumes e verduras: beterraba, rabanete, cenoura, milho, moranga, pepino, maxixe, entre outras plantas alimentícias. Há ainda dois girassóis lindamente plantados pelas crianças. A rega da horta é feita diariamente, ao final da tarde, exceto em dias de chuva. A divisão sobre quem faz essa tarefa está definida semanalmente, do mesmo modo como se define quem cuida das crianças ou quem tira o leite da vaca, sendo uma atividade tão importante quanto qualquer outra.

O que foi possível perceber em relação à localização da horta é que ela está numa posição solar em que a plantação de milho ajuda a cobrir o sol da manhã, pois está “atrás” da horta – a oeste – de forma que protege do sol forte e dos ventos. Podemos falar da beleza da horta, pois ela é, de fato, linda, cheirosa, com folhas verdes, trazendo uma sensação de praticidade para quem chega, uma vez que estão ali alimentos disponíveis para o consumo diário. Porém, nem sempre foi assim. Até chegar nesse resultado, levou tempo, aprendizagem, conhecimento, práticas, tentativas, cuidado. Podemos compreender a horta coletiva da Comuna, como sugere Puig de la Bellacasa (2017), enquanto uma prática especulativa daquilo que é possível. Isso porque, como aponta um dos moradores da Comuna, Jorge, a horta foi um “laboratório” de experiência de lidar com o solo.



Como apontado anteriormente, o solo da agrovila é constituído de matéria argilosa e lençóis de água salobra, o que dificulta a prática do plantio de lavouras e hortas naquele espaço. Isso fez com que as pessoas da Comuna encontrassem soluções a partir da prática. Como Jorge conta, a solução encontrada para plantio pode ser dividida em duas partes: a primeira, como plano de longo prazo, que implica em “recuperar” o solo desgastado; e, a segunda, como plano de curto/médio prazo, que consiste em “impor” um solo novo.

“Recuperação” é utilizado entre aspas porque, segundo Jorge, não se tem certeza se o solo foi recuperado ou se “um novo solo foi criado”. O solo da agrovila não havia sido “danificado” por outras culturas, apenas faz parte de uma camada geológica diferente do resto do assentamento, sendo constituída por matérias como saibro, argila cinza e uma camada insignificante de terra e de areia. Foi aí que encontraram a dificuldade: o terreno argiloso com péssima drenagem (cada buraco cavado é significado de uma poça d’água quando chove) resulta em um solo compactado, o que dificulta o crescimento de árvores e outras plantas que necessitam de proliferação da raiz. A solução para esse tipo de terreno, em termos de recuperação, é o plantio de algumas plantas forrageiras, tais como o nabo, o guandú ou a crotalária que, além de nitrogenarem o solo, criam matéria orgânica importante para o crescimento em volume da terra apta ao plantio.

O uso de chiqueiros móveis também é uma técnica utilizada na agrovila para fertilizar e descompactar o solo. A técnica basicamente consiste em construir um chiqueiro de madeira, pesado o bastante para o porco não mover/levantar e leve o bastante para uma ou duas pessoas trocarem de lugar em determinados períodos de tempo. O que resulta disso é que o porco que vive nesse ambiente ajuda a “lavar” a terra ao chafurdar; ajuda a fertilizar o solo ao fazer suas necessidades fisiológicas; e ajuda até mesmo a plantar, pois da comida que lhe é dada diariamente, ocasionalmente sobra uma e outra semente que, ao ficar no solo, brota e dá origem a mudas que são posteriormente transplantadas. Importante ressaltar que a comida dada aos porcos são os restos que podem ser considerados “lixo orgânico” em alguns contextos. Aí também se refaz a lógica do que se entende por “lixo” ou por “sobra”, na medida em que esse agente está atuando em conjunto com o cuidado dessa terra.

Vemos que para a “recuperação” de um solo argiloso, foi/é necessário plantio de plantas forrageiras, o uso de chiqueiro móvel (que envolve madeira, pregos, martelos, serrotes), animais (como os porcos), além das sobras de comida depositadas nesse local (o “lixo” orgânico da cozinha coletiva). A partir de um conjunto de agentes foi criado um mecanismo/uma estratégia para recuperar o solo que parecia “não dar nada”.

Ainda, existe outra prática que, segundo Jorge, pode ser chamada de “imposição” do solo ou, ainda, “plantar em vasos”. Após avaliar que a terra da agrovila não era apta ao plantio por ser muito ácida e compacta, resolveram levar terra nova e fértil até aquele lugar. Durante meses, em diferentes momentos do ano, foi carregada terra coletada de outro lugar do assentamento com a ajuda de um trator e um carroção de capacidade de cinco toneladas e, posteriormente, depositadas na agrovila. Inclusive, enquanto estive na Comuna, participei de dois desses momentos que envolveram buscar terra. Em um deles, tratamos de, com a pá, fazer grandes buracos e ir coletando a terra de uma parte do assentamento próxima do mato. Já em outra, participei de uma jornada para buscar terra de dentro do mato que divide o terreno com o vizinho. Lá, com as mãos, fomos enchendo sacos de arroz com terra, especialmente aquela retirada de debaixo de troncos que estavam em decomposição, evitando colocar muitas raízes junto. Essa prática contribui para adicionar nutrientes ao solo, além de evitar o surgimento de ervas daninhas.

A terra coletada de fora da área do mato foi então transplantada para região da agrovila e, no contexto da construção da horta, foi colocada em covas de 30cm de profundidade e 10m x 1,5m de largura para os canteiros da horta e em covas de 1,5m de profundidade e 1m x 1m de largura para plantio de árvores e cucurbitáceas como abóbora, pepinos, maxixe, melancia, etc. Em resumo, aproveitaram o solo argiloso para criar grandes vasos onde depositaram terra “boa” e nutrida para plantar uma variedade enorme de alimentos.

Jorge aponta que essa prática de “plantar em vasos” é uma técnica fruto de uma longa reflexão sobre práticas desastrosas de tentar plantar diretamente no solo argiloso da agrovila. Para ele, a tentativa de produzir alimento nesse solo foi muito frustrante para os moradores da Comuna, justamente devido à singularidade do terreno que se tornou um desafio, mesmo para aqueles que já tinham alguma experiência na zona rural e insistiam em tentativas que não estavam trazendo resultados efetivos. Jorge explicou que:

Ironicamente, quem trouxe consigo a vivência rural e/ou mesmo a técnica aprendida na escola agrícola ficou cego pelas suas convicções e jamais conseguiu produzir. Por outro lado, quem se abriu à possibilidade de analisar profundamente as características daquele ambiente e inovou na prática, aliando trabalho e estudo constante, forneceu alimentos orgânicos em abundância para todo seu grupo de trabalho e durante o ano inteiro. A solução foi criar o próprio ambiente e, para isso, foi utilizada uma manobra simples: plantar em vasos.

Importante ressaltar que, junto à terra trazida de outro ambiente de carroção, vem também “de brinde” elementos, tais como sementes de diversos tipos e tempos diferentes de crescimento. No solo temos uma amostra dos seres vivos daquele ambiente, o que Puig de la Bellacasa (2017) entende como “biota”: um solo vivo só pode existir com e através de uma comunidade multiespécies de biota que o faz e que contribui com a sua criação. Então, com essa terra trazida de outra localidade para a horta (de dentro do mato ou de outra parte do assentamento) vêm outros organismos vivos. Com isso, há outro desafio constante: o da carpida que, na Comuna, é feita sem a utilização de produtos que danificam o solo, como secantes. Ou seja, se tem a prática manual da carpida como base técnica para conseguir cultivar alimentos que não competirão com outras plantas nativas ou não.

As carpidas também exigem uma técnica e um conhecimento que diferem conforme qual alimento está se produzindo, isso porque as culturas produzidas possuem ciclos diferentes, podendo ser divididas em ciclos curtos, médios ou longos. As culturas de ciclo curto não sofrem tanto com as plantas que nascem em seu entorno, já as culturas de ciclo médio ou longo, como a cenoura, a cebola e a beterraba, necessitam de um cuidado maior e mais carpidas para que consigam se desenvolver. “Carpir” tem um significado próximo de “capinar”, porém, acredito ser também um termo regional. Carpir trata-se, portanto, de limpar as ervas daninhas, os inços de um terreno de forma constante com a ajuda de uma enxada. É também “afofar” a terra.

Para exemplificar, irei apresentar a técnica desenvolvida pelas pessoas da Comuna para cultivo da cenoura, o que mostra a relação com o solo e com o tempo das culturas: a cenoura é uma cultura de ciclo longo. Ao colocar sua semente no solo, ela leva em torno de quatro a cinco meses para atingir a maturidade. Por ser uma semente que demora em germinar e a expor seus galhos para fora da terra (cerca de quinze dias), muitas sementes de outras plantas que já se encontravam na terra acabam crescendo antes e não deixam a cenoura se desenvolver. Jorge conta que, ao observar o interior do mato onde iam coletar terra preta para misturar à terra que usam para plantar, tiveram “uma grande sacada”: a terra do mato também possui muitas sementes, porém as sementes do interior do mato demoram muito para germinar devido ao ambiente escuro, úmido e abafado produzido pelas árvores que crescem ao seu entorno. Estava aí uma solução para a cultura da cenoura.

Fizeram então uma experiência que consistia em cavar o canteiro a fim de produzir o grande vaso que receberia as cenouras, levando em consideração a profundidade que a cenoura necessita por se tratar de uma raiz; colocaram na cova do canteiro uma carga alta de terra (não argilosa) trazida pelo carroção de outra parte do terreno da Comuna; posteriormente, colocaram

uma camada fina de terra do mato; plantaram as sementes de cenoura na camada fina de terra do mato.

O resultado que eles perceberam com essa experiência foi o seguinte: a camada alta de terra trazida de carroção possui sementes que não se desenvolveram, pois estavam abafadas com a terra do mato; a terra do mato possui sementes que não se desenvolveram, pois não estavam no mesmo ambiente escuro, úmido e abafado do qual vieram e, mesmo as que conseguiram se desenvolver, demoraram muito mais do que as sementes da cenoura que se encontrava num clima mais propício; a semente da cenoura cresceu sem (ou quase sem) concorrência resultando uma colheita farta mais tarde.

Dialogando com Puig de la Bellacasa (2017) a respeito da relação “humano-solo”, a autora a entende enquanto um terreno cativante para pensar necessidades materiais, intensidades afetivas e problemas ético-políticos em cuidado. Isso porque Puig de la Bellacasa (2017) discorda da perspectiva de tomar o solo enquanto um recurso do ser humano. Por isso, ela aposta na ideia de relação, da mesma forma que o humano “cuida” do solo, o solo também “cuida” do ser humano, pois provém a ele alimentos ou bem-estar. Essa relação não apresentaria nenhuma “passividade”, uma vez que o solo, para ela, é um organismo vivo, “*living soil*”, assumindo que a composição de elementos presentes no solo tem interações constantes.

Existe, desse modo, uma relacionalidade inerente à relação “humano-solo” – que o cuidador humano também depende da capacidade do solo de cuidar de processos vitais para a existência. É uma maneira de expor o solo como um mundo vivo, ao invés de enxergá-lo apenas como um receptáculo ou enquanto um insumo para a nutrição dos seres humanos.

Essa relação com o solo também fala da temporalidade. Como Jorge apontou, existe o tempo das sementes brotarem, das raízes crescerem, tempos que não necessariamente falam de todos os organismos que compõem o solo em determinado instante. Por isso, existe o tempo do solo que gera uma diferente experiência em relação ao tempo. Essa é uma crítica ecológica a uma temporalidade linear. A relação temporal focada em eficiência não respeitaria o tempo do solo. Cada componente do solo tem o seu tempo, como sugere Puig de la Bellacasa (2017: 176, tradução livre): “o bem-estar ecológico depende do alinhamento das dimensões temporais de muitos seres e das consequências da ruptura e do deslizamento entre os tempos”. Por isso, é necessário vislumbrar o pertencimento temporal entre humanos e não-humanos que estão em relação: o tempo relacionado ao período do ano; o tempo relacionado à necessidade de comer; o tempo relacionado ao crescimento das plantas; o tempo relacionado ao trabalhar na terra para prepará-la para o plantio.

Ainda, existe o tempo do processo de aprendizado de se relacionar com aquele solo. A prática desenvolvida pelos moradores da Comuna não fala de um tempo “imediato”, uma vez que foi desenvolvida a partir de uma lógica de tentativa/erro/acerto. A temporalidade está embutida na prática, uma vez que envolve aprendizados, aperfeiçoamentos e experiências. Por isso, pensar que “o ser humano planta”, não fala apenas dos agentes “humano”, “solo”, “semente”, mas também fala da temporalidade embutida na prática de plantar. E isso não significaria dizer que há uma anterioridade do sujeito, mas, sim, que durante a ação estão se somando diferentes agentes e se produzindo outros. Em uma próxima vez de plantar, dentro dessa prática, já estará inscrita uma temporalidade e uma experiência que modifica o ato, ao mesmo tempo em que o ato de plantar produz os agentes, seja o sujeito que planta ou a horta propriamente dita.

A ideia de tempo para Puig de la Bellacasa (2017) desafia um ideal de uma linearidade produtiva, uma vez que é algo que é feito, que é o resultado de práticas e que está inscrito em nossas corporalidades. O tempo atua nas relações e age (Das 2007 *apud* Fietz 2020) sobre o modo que se manuseia uma ferramenta, como por exemplo uma enxada, o que nos leva a entendê-lo enquanto um agente mesmo que não “se toque”, enquanto uma materialidade, mesmo que subjetiva.

Tempo, para Puig de la Bellacasa (2017), é aquilo que fazemos através das práticas cotidianas, deslocado de uma lógica de produtividade e futuridade. Desse modo, o tempo utilizado para buscar a terra, carregá-la, transportá-la constrói outro tempo: o da plantação, ou ainda, o de comer. O que está em jogo nessas relações de tempo é não pensá-las enquanto uma lógica de eficiência, mas de quais passos e relações são percorridos para um tempo ser construído.

Puig de la Bellacasa (2017) aposta em uma prática que considera mais horizontal na relação “humano-solo” que é a permacultura. Na Comuna, por mais que não exista uma nomenclatura específica para falar de suas práticas, eles flertam com os conceitos e ideias da permacultura e da agroecologia, o que é demonstrado no relato acima em relação à plantação das cenouras. Para Puig de la Bellacasa (2017), a ética da permacultura é uma tentativa de descentrar a subjetividade da ética humana, não considerando os humanos como mestres ou mesmo como protetores, mas sim como participantes da teia de seres vivos da Terra. Por isso, a autora compreende que a ética da permacultura é uma ética do cuidado, sendo um exemplo de um caminho alternativo na política de viver com cuidado em mundos mais do que humanos. Em suas palavras:

As práticas de permacultura são ações éticas que se comprometem com a vida pessoal comum e a subsistência como parte de um esforço coletivo que inclui não-humanos. Eles descentram a agência humana sem negar sua especificidade. Promovem obrigações éticas que não partem nem visam normas morais, mas se articulam como necessidades existenciais e concretas. Esta ética nasce de restrições materiais e relacionalidades situadas em formação com outras pessoas, seres vivos e "recursos" da terra (Puig de la Bellacasa 2017: 145, tradução livre).

Por isso, Puig de la Bellacasa (2017) aponta que a prática ética da permacultura não seria algo escrito em um livro de como trabalhar ou algo que seguiria um padrão, mas como ideias que são capazes de serem transformadas em ações a partir de um envolvimento contínuo – por isso, permanente, com ações pessoais e coletivas que transformam, gradualmente, a maneira como sentimos, pensamos e nos engajamos.

Para uma prática como a da Comuna ser possível é necessário um coletivo e quando se fala em coletivo não se fala apenas dos agentes humanos. As plantas que foram cultivadas, os animais que aparecem na cena (como o porco que mexe na terra, mas também animais que não enxergamos, como minhoca e outros insetos), os recursos energéticos da terra, como o ar e a água. Todos esses elementos dependem um do outro – interdependem – para a sua sobrevivência. É em conexão com esses elementos que os humanos e não-humanos vivem e agem. Em todos os níveis de subsistência humana, dependemos deles e em contextos específicos, como o da horta coletiva da Comuna, os elementos não-humanos também são considerados como dependentes de nós.

Puig de la Bellacasa (2014) considera importante não demonstrar o caráter produtivo do cuidado, mas, sim, valorizá-lo pela importância de se dedicar atenção às experiências, práticas e conhecimentos que são excluídas da lógica produtivista. Desse modo, pensar com cuidado e tomá-lo enquanto uma prática se opõe a uma lógica exploradora e que, segundo Puig de la Bellacasa (*apud* Singleton; Law 2013) “podem ser considerados como uma espécie de resistência” (Puig de la Bellacasa 2017: 210, tradução livre).

### **Possíveis Conclusões**

Aqui, neste exercício reflexivo, a partir de uma experiência sobre plantar em uma Comuna foi possível perceber que seus moradores foram capazes de reinventar suas práticas levando em consideração o cuidado com a terra no contexto em que eles vivem. Fizeram de uma dificuldade comum – a de cultivar – uma força que os levou a instigar, mudar alguns costumes, duvidar de normas aprendidas, de entender que a agricultura, assim como qualquer

área do conhecimento, não está “dada”. Ela pode ser aprofundada conforme o lugar de ação, relações, contextos, possibilidades.

Essa relação, portanto, do humano com o solo e seus outros agentes fez com que fosse possível essa reinvenção. A análise empreendida neste texto foi feita de modo que tomou em conta diferentes materialidades, as quais não estão atuando apenas enquanto “pano de fundo”, mas, de maneira interdependente, estão agindo e contribuindo para que outras atividades aconteçam, como a alimentação, a manutenção na cozinha, entre outras práticas de cuidado, como aquelas dirigidas às crianças. Essa perspectiva dialoga com as propostas de Haraway (2016) de pensamento tentacular, assim como de Puig de la Bellacasa (2017) de “questões de cuidado”, uma vez que buscam descentralizar o sujeito humano da análise, levando em consideração as suas práticas cotidianas que envolvem agentes, tais como a terra, o solo, a semente, as ferramentas, a temporalidade, as condições climáticas, os animais que vão tecendo caminhos não deterministas sobre possibilidades de cuidar e ser cuidado.

Esta análise contribui para o campo de pesquisas feministas, tomando a categoria “cuidado” como centro, situando-se nos estudos contemporâneos que não polarizam as ciências humanas das naturais, sem hierarquizar os humanos em relação aos objetos, aos “elementos” do que se entende, supostamente, por natureza, considerando seus coletivos, conexões, *kins*, filiações. A partir da análise do que se vincula e do que se escolhe se vincular, torna-se possível pensar o que importa para a criação de mundos e tomar o cuidado enquanto uma prática não pré-determinada, mas que envolve criatividade, invenções e imprevisibilidades.

### Referências

BORSATTO, Ricardo Serra e CARMO, Maristela Simões do. 2013. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(4): 645-660.

FIETZ, Helena Moura. 2020. *Construindo futuros, provocando o presente: cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão cotidiana da deficiência intelectual no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HARAWAY, Donna. 2016. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham and London: Duke University Press.

LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.

NORONHA, Isabela. 2018. *Entre o solo e a terra: mulheres inseridas em experiências de agroecologia no MST*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas.

PUIG DE LA BELLACASA, María. 2012. Nothing comes without its world: thinking with care. *The Sociological Review*, 60(2): 197-216.

PUIG DE LA BELLACASA, María. 2014. Encountering bioinfrastructure: ecological struggles and the sciences of soil. *Social Epistemology*, 28(1): 26-40.

PUIG DE LA BELLACASA, María. 2017. *Matters of care: speculative ethics in more than human worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

SILVA, Luiz Felipe Barros. 2021. Uma análise marxista da agricultura capitalista: em busca de uma solução. *Revista SER Social*, Brasília, 23(48): 9-27.